



## Comissão do impeachment será instalada na segunda-feira

Waldemir Barreto/Agência Senado



Depois da leitura da denúncia contra Dilma em Plenário ontem, partidos começaram a apresentar os nomes para o grupo, que terá 21 titulares e 21 suplentes

O prazo para o preenchimento das vagas na comissão gerou debate entre oposição e governo. Os opositoristas queriam que todos os nomes fossem definidos ontem para acelerar o processo, enquanto os governistas buscavam mais tempo para apontar os escolhidos.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deu 48 horas para o preenchimento de todas as vagas, limite que se estenderá até a

sexta-feira, já que amanhã é feriado. O senador advertiu, contudo, que, se todos os nomes não forem apresentados no prazo, ele fará as indicações restantes.

A comissão será instalada na segunda-feira, quando elegerá o presidente e o relator do grupo. Ao colegiado caberá a análise prévia do processo no Senado. “Temos de agir com responsabilidade”, disse Renan, ao reafirmar a importância de se manter imparcial durante a tramitação. **4 e 5**

O primeiro-secretário do Senado, Vicentinho Alves, lê a denúncia contra Dilma, iniciando a tramitação do processo na Casa

## Crise nos estados foi gerada por salários, segundo ministério

Audiência na Comissão de Assuntos Econômicos debateu ontem a deterioração das finanças estaduais e alternativas para mudar esse quadro.

Representante do Ministério da Fazenda trouxe estudo com os números. Secretários estaduais ainda não têm posição sobre proposta do governo. **7**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Gleisi (4ª à esq.) conduz debate sobre saídas para crise e texto que está na Câmara



Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão de Educação aprova premiação anual para colégios de excelência

## Senado deve criar diploma para premiar desempenho de escolas

A criação do Diploma de Mérito Escolar de Excelência foi aprovada na Comissão de Educação. O prêmio deverá ser entregue pelo Senado a

até três escolas dos ensinos fundamental e médio com elevado desempenho. O projeto vai para análise final da Comissão Diretora. **8**

## MP sobre dívidas de agricultores passa em comissão **6**

## Colegiado quer parque tecnológico em Brasília **8**

## CPI sobre morte de jovens adia entrega do relatório final **2**

## Avança projeto que cria Dia Nacional do Perdão **7**

## Senadores vão debater royalties da mineração **8**

## Iniciativa quer impedir limites no acesso à internet

Bruno de los Santos Fortuna/Fotos Públicas



Ideia legislativa de cidadãos proíbe, na rede fixa, corte já praticado na móvel

Ideia legislativa apresentada no Portal e-Cidadania do Senado proíbe as operadoras de banda larga de cortar o acesso à internet ou de reduzir a velocidade de usuários residenciais que atingirem o limite de franquia de dados. A sugestão popular, que atingiu 20 mil apoios no tempo recorde de 6 dias, agora será examinada pela Comissão de Direitos Humanos e poderá se tornar projeto de lei. **2**

## Plenário dá aval a novos embaixadores para África e Ásia

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação de três embaixadores: Nedilson Ricardo Jorge, que irá para a África do Sul e também responderá pelo Lesoto e pela República de Maurício, Leonardo Carvalho Monteiro, que atuará na Mauritânia, e Aldemo Serafim Júnior, que responderá pelo Brasil no Timor-Leste. As aprovações agora serão comunicadas à Presidência da República. **3**

Nesta edição, encarte com análise da Consultoria de Orçamento sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017



Em seis dias, 20 mil internautas assinaram a sugestão no Portal e-Cidadania, depois de as operadoras anunciarem que acabarão com a utilização ilimitada de franquia de dados e cobrarão mais do usuário

## Ideia popular quer proibir corte de acesso à internet

AS OPERADORAS DE banda larga poderão ser proibidas, por lei, de cortar ou diminuir a velocidade de acesso à internet dos usuários residenciais que atingirem o limite de franquia de dados. É o que propõe uma ideia legislativa apresentada por meio do Portal e-Cidadania do Senado e que agora será examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) na forma de sugestão legislativa.

Bastaram seis dias, tempo recorde no e-Cidadania, para que a ideia atingisse o número de 20 mil manifestações de apoio, mínimo necessário para o envio à deliberação dos senadores.

A proposta é uma reação ao anúncio feito por algumas operadoras de que passarão a cortar, a partir de 2017, o acesso dos usuários que atingirem o limite de sua franquia de dados. Segundo as operadoras, que oferecerão pacotes com franquias diferenciadas, isso permitirá que cada usuário pague pelo serviço conforme seu uso, o que poderia beneficiar quem consome menos dados. Entretanto, os que consomem

mais dados terão que pagar mais. Isso afeta principalmente os internautas que são usuários de serviços de vídeo como YouTube e Netflix.

Na segunda-feira, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) suspendeu a decisão por 90 dias e determinou que as operadoras informem os usuários sobre seus planos. No entanto, o presidente da agência, João Rezende, disse que as operadoras não têm mais condição de oferecer internet ilimitada. Para Walter Pinheiro (sem partido-BA), a limitação por volume de tráfego representa uma violação dissimulada do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que proíbe a discriminação de conteúdo na rede.

Justamente para impedir isso, a sugestão solicita que se proíba “expressamente o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de internet de banda larga fixa, tanto nos novos quanto nos antigos contratos”, e que se fixe multa, em benefício do consumidor lesado, quando houver o descumprimento da proibição.

Além da CDH, a Comissão de Ciência e Tecnologia também deverá debater o assunto, conforme adiantou seu presidente, o senador Lasier Martins (PDT-RS).

### Portal e-Cidadania

Qualquer pessoa pode enviar ideias para o Portal e-Cidadania. Não é necessário redigir um anteprojeto com linguagem legislativa, basta explicar, em linhas gerais, o que gostaria de implementar. As ideias encaminhadas ficam disponíveis para manifestação de apoio dos internautas durante 120 dias. Aquelas que atingirem 20 mil adesões são encaminhadas à CDH, onde um senador é designado relator e poderá fazer estudos e audiências públicas a fim de formar opinião sobre o assunto. Depois disso, a sugestão é colocada em pauta para votação. Se aprovada, será transformada em um projeto de lei, que começará a tramitar como os demais projetos. Se rejeitada, será arquivada.

Como apresentar ideia legislativa: <http://bit.ly/cidadaniaideia>

## Delcídio terá última chance para depor

Na próxima terça-feira, o senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS) terá a última oportunidade para prestar depoimento no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Se Delcídio não comparecer, o relator do processo por quebra de decoro, Telmário Mota (PDT-RR), dispensará o depoimento e dará por encerrada a fase probatória.

Em seguida, ele deve intimar a defesa de Delcídio para apresentar as alegações finais, o que deve ser feito num prazo de três dias úteis a partir do recebimento da intimação. Segundo o presidente do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA), a partir daí, em até dez dias úteis, o relator deve apresentar seu parecer. Telmário poderá concluir pelo arquivamento da representação; pela perda temporária do mandato; pela perda do mandato; pela transformação da representação em denúncia; ou ainda pela aplicação de advertência ou censura.

Ontem, pela terceira vez, Delcídio não compareceu para prestar esclarecimentos. O advogado Raul Amaral alegou que o senador deveria falar ao conselho somente após



Telmário, o presidente do conselho, João Alberto Souza, e o vice, Paulo Rocha

o Supremo Tribunal Federal (STF) enviar ao colegiado toda a documentação referente ao caso. Ele foi preso preventivamente em novembro do ano passado, por ordem do STF e com autorização do Senado, por tentar obstruir investigações da Operação Lava Jato. O senador foi solto após 87 dias, depois de fechar um acordo de delação premiada.

Para Telmário, a quarta tentativa de ouvir Delcídio é a prova cabal de que o Conselho de Ética não dificulta o direito de defesa. Telmário reiterou que cabe ao Senado julgar se o colega feriu ou não o decoro parlamentar quanto ao seu envolvimento em suposto plano

de fuga do país do ex-diretor da Petrobras, Nestor Cerveró.

— Não são aspectos penais referentes a esse caso que serão julgados. Nós julgamos o decoro — disse Telmário, ao descartar o pedido do advogado de Delcídio.

Os senadores aprovaram a dispensa do envio, pelo STF, da documentação referente ao caso de Delcídio. Telmário lembrou que o atraso no encaminhamento dos documentos se deu em decorrência de ação da própria defesa de Delcídio, que solicitou a inclusão de novos materiais, levando à realização de mais diligências. Para ele, isso faria parte da “estratégia protelatória”.

## CPI do Assassinato de Jovens adia relatório final

A CPI do Assassinato de Jovens, que funciona há cerca de um ano, adiou a apresentação de seu relatório final. De acordo com a assessoria de Lídice da Mata (PSB-BA), presidente da comissão de inquérito, a divulgação no momento da chegada do processo de impeachment de Dilma Rousseff ao Senado dificultaria a mobilização da sociedade civil, de especialistas e dos meios de comunicação para o tema.

O prazo para a conclusão dos trabalhos da CPI, que se encerraria no dia 28 deste mês, deve ser prorrogado por mais 45 dias.

O relator da comissão,

Lindbergh Farias (PT-RJ), apresentaria suas conclusões em audiência pública a ser realizada na próxima terça-feira. A sessão, que será remarçada, deve reunir parentes de jovens assassinados, ministros, representantes do Ministério Público, ativistas, jornalistas e pesquisadores.

A CPI ouviu mais de 200 pessoas em 29 audiências públicas. Uma das preocupações de Lindbergh é a ausência de dados qualificados para que seja possível realizar um diagnóstico preciso sobre as diversas nuances das mortes violentas de jovens e propor medidas mais efetivas de enfrentamento do problema.

## Microempreendedor já pode usar residência como sede

Foi publicada ontem a Lei Complementar 154/2016, que permite ao microempreendedor individual utilizar sua residência como sede do estabelecimento. A lei acrescenta o parágrafo 25 ao artigo 18-A da Lei Complementar 123/2006, que criou o Simples Nacional, e entra em vigor a partir da data de publicação.

A lei tem como origem o Projeto de Lei Complementar (PLP) 278/2013, do deputado Mauro Mariani (PMDB-SC). No Senado, foi aprovada sem

emendas em março de 2016.

Pelo texto, o microempreendedor individual poderá utilizar a sua residência como sede do estabelecimento comercial sempre que não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade.

A medida pretende facilitar a adesão de pessoas ao Simples Nacional, afastando restrições impostas por leis estaduais que não permitem o uso do endereço residencial para cadastro de empresas.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### CI Indicação para Antaq

8h30 A comissão vota a indicação de Luiz Otávio Oliveira Campos para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

#### CDR Moradia para trabalhadores

9h Na pauta, o PLS 331/2015, que reserva cota de 5% do Minha Casa, Minha Vida para trabalhadores da construção civil.

#### CCI Crime contra idosos

10h O PLS 373/2015, que torna hediondo o homicídio de idosos, está na pauta.

#### CE Formação de pediatras

11h Audiência pública interativa para debater o Currículo Pedagógico Global.

#### CDH Adoção

11h30 A comissão analisa projeto que facilita o processo de adoção.

#### PRESIDÊNCIA Ministro da Fazenda

12h Renan Calheiros recebe o ministro Nelson Barbosa. Às 16h, preside ordem do dia.

#### PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h A PEC 143/2015, sobre desvinculação de receitas, abre a pauta.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



# Aprovados novos embaixadores para África e Ásia

Diplomatas foram indicados pelo governo para representações na África do Sul, na Mauritânia e no Timor-Leste. Palácio do Planalto agora será informado das aprovações

O BRASIL TERÁ novos embaixadores na África do Sul, na Mauritânia e no Timor-Leste. O Plenário do Senado aprovou ontem as indicações feitas pelo governo.

O diplomata Nedilson Ricardo Jorge exercerá o cargo de embaixador na África do Sul e, cumulativamente, no Lesoto e na República de Maurício.

Também foram aprovadas as indicações dos diplomatas Leonardo Carvalho Monteiro, para a Mauritânia, e de Aldemo Serafim Júnior, para o Timor-Leste.

Na semana passada, durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Jorge avaliou que a entrada em vigor do Acordo de Preferências Comerciais entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral, em 1º de abril, deverá abrir novas perspectivas para o relacionamento econômico entre as duas regiões.

De acordo com o diplomata, o acordo permitirá melhor acesso de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela ao mercado estimado em 65 milhões de consumidores de África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

Formado em letras pela Universidade Mackenzie, em São Paulo, Monteiro serviu nas embaixadas em Copenhague, Wellington e Varsóvia e atuou como cônsul-geral-adjunto no consulado-geral em Ciudad del



Os diplomatas Nedilson Ricardo Jorge, Leonardo Carvalho Monteiro e Aldemo Serafim Júnior, aprovados ontem pelo Plenário, foram sabatinados dia 14

Este, Barcelona e Paris. Em Jacarta, desempenhava, desde 2014, a função de ministro-conselheiro e encarregado de negócios. Agora vai ocupar a embaixada brasileira na República Islâmica da Mauritânia, país localizado no noroeste da África, com uma população de quase 4 milhões de habitantes.

Serafim Júnior é bacharel em rela-

ções internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e exerceu funções no Ministério da Cultura, como secretário-executivo da Comissão Organizadora do Centenário do Presidente Juscelino Kubitschek, e no Ministério das Comunicações, como chefe da Assessoria Internacional do gabinete do ministro. Foi encarrega-

do de negócios nas embaixadas em Argel e Lomé, tendo exercido funções também na delegação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington. Será embaixador no Timor-Leste, um dos países mais jovens do mundo e integrante da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

## Plenário fará na terça-feira sessão temática sobre ambiente

O Senado promoverá na terça-feira uma sessão temática no Plenário para discutir o tema “Meio ambiente e

Estado, desafios para o Executivo, o Legislativo e o Judiciário”.

O requerimento para realização do

debate — que é de autoria do vice-presidente da Casa, senador Jorge Viana (PT-AC) — foi aprovado na

ordem do dia de ontem.

O início da sessão temática está marcado para as 9h.

### Para Viana, Brasil ainda não aprendeu a respeitar índios

No Dia do Índio, ontem, Jorge Viana (PT-AC) lamentou que o Brasil ainda não saiba cuidar desses brasileiros. Uma demonstração disso, segundo ele, é a dizimação desses povos. Lembrou que em 1500 havia até 6 milhões de índios no país e que hoje são apenas 400 mil.

Na contramão do restante do país, de acordo com o senador, está o Acre. Ele informou que em 1990 havia pouco mais de 4 mil índios. Hoje são 20 mil, que ocupam 14% do território acreano. O senador sugeriu que a política indigenista do Acre seja implantada em todo o país:

— É lamentável que o Brasil, uma das referências mundiais da cultura indígena, trate tão mal esse povo.

Viana protestou contra a precária situação da Funai e propôs uma ação suprapartidária em favor de mais recursos para a instituição.

O protesto de Viana foi estendido à PEC 215/2000, em análise na Câmara, que passa para o Congresso a atribuição de demarcar as reservas indígenas. Hoje essa função é da Funai.



Marcia Maniz/Agência Senado

### Telmário defende cotas para indígenas no Legislativo

Telmário Mota (PDT-RR) informou ontem ter apresentado projeto que cria o Estatuto dos Povos Indígenas. Segundo o senador, uma proposta semelhante, que trata do Estatuto das Sociedades Indígenas, tramita na Câmara dos Deputados desde 1991.

Para Telmário, o Dia do Índio, celebrado ontem, 19 de abril, não é uma data de comemoração, mas de luta por direitos. Por isso, o senador também informou que pretende apresentar um projeto que trate da reserva de cotas para povos indígenas no Legislativo.

— O país, que tem uma grande população indígena, deveria observar no seu quadro político ou adotar a mesma metodologia que hoje é adotada, por exemplo, por um país como a Venezuela ou a Bolívia e outros: as cotas para o Parlamento. Estamos entrando com um projeto nesta Casa para que a gente possa dar a oportunidade aos povos indígenas de ter aqui os seus legítimos representantes.

O senador também citou dados que mostram que 1.591 índios foram vítimas de violência em 2014, incluindo ameaças e abusos de poder.

### Eunício é contra limitar o tráfego de dados na internet

A decisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de permitir a restrição da transmissão de dados na internet, quando for atingido o limite do pacote do usuário, foi criticada por Eunício Oliveira (PMDB-CE). A Anatel deu um prazo de 90 dias para que as operadoras de telefonia que oferecem internet fixa possam reduzir a velocidade de dados, ou mesmo cortar o acesso, quando for atingido o limite de tráfego contratado, como ocorre com a internet móvel.

— O Senado tem a obrigação de discutir essa decisão e revertê-la.

Eunício disse que quando foi ministro das Comunicações, entre 2004 e 2005, teve como bandeira a popularização da internet sem fio. Segundo o senador, em 2014, 57% dos domicílios brasileiros já tinham acesso à internet. Nos últimos anos, o crescimento da internet sem fio — em tablets, celulares e TVs — foi de cerca de 137%. Ele disse que não se pode permitir o refreamento a essa “ferramenta da comunicação”.



Marcia Maniz/Agência Senado

### Donizeti destaca papel das escolas agrícolas no Tocantins

Donizeti Nogueira (PT-TO) registrou ontem, em Plenário, sua participação em dois eventos no último fim de semana no Tocantins. Ele contou que esteve no município de São Salvador, visitando uma escola agrícola. O senador se disse emocionado com o empenho dos professores e da diretora em fazer a escola funcionar.

O senador informou que também participou da inauguração da Escola Agrícola Padre Josimo Moraes Tavares. O nome da escola, de acordo com o parlamentar, é uma homenagem ao religioso assassinado há 30 anos, por defender a causa do trabalhador rural.

Donizeti defendeu as “escolas famílias agrícolas” (escolas rurais direcionadas aos jovens do campo que incluem educação básica e profissional) e o desenvolvimento econômico do campo, como formas de levar desenvolvimento para as cidades.

— A escola técnica e a extensão rural são muito importantes para o avanço da agricultura familiar — disse o senador.



Marcia Maniz/Agência Senado



# Escolhidos os primeiros nomes para comissão do impeachment

Blocos partidários começaram a apresentar os indicados ao grupo após a leitura da denúncia contra Dilma. Prazo para preencher vagas termina na sexta

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que a comissão especial encarregada de analisar o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff será instalada na segunda-feira, quando elegerá presidente e relator. Os blocos partidários têm até a sexta-feira para indicar os representantes: 21 titulares e 21 suplentes.

que se estenderá até sexta-feira devido ao feriado de amanhã, 21 de abril (veja quadro abaixo). Renan fez um apelo para que os líderes partidários entreguem os nomes o mais rápido possível e avisou que, caso as indicações não cheguem no prazo, ele mesmo preencherá as vagas restantes.

— Aqueles que querem apressar o processo, independentemente dessa hierarquia de regras, cometem o equívoco de poder colaborar com a anulação do próprio processo — observou.

Dúvidas  
Renan informou também que antecipará a participação do presidente do STF, Ricardo Lewandowski. Uma vez aprovada a admissibilidade do impeachment, todas as questões e dúvidas sobre o processo deverão ser dirigidas a Lewandowski. O presidente do tribunal também comandará as duas votações em Plenário posteriores à admissibilidade, e não apenas o julgamento final. A oposição contestou a concessão do prazo para indicações à comissão especial. Os sena-

O presidente do Senado ressaltou ainda que o processo de impeachment será regido por uma hierarquia de normas, começando pela Constituição e seguindo pelo acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) de dezembro de 2015, pela Lei dos Crimes de Responsabilidade (Lei 1.079/1950), pelo Regimento Interno do Senado e pelo rito adotado no caso do ex-presidente Fernando Collor, em 1992.

### Dúvidas

— Temos que respeitar o que foi definido na reunião, não podemos chegar aqui e mudar o acordo. Nós não queremos ser atropelados e é isso que está acontecendo. Não dá para aceitarmos discursos de gente que passou um ano e quatro meses paralisando o país nessa crise política e agora quer tirar o nosso direito por causa de dois dias — disse.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu cautela. Ele lembrou que o prazo de 48 horas foi decidido em reunião de líderes pela manhã. Além disso, creditou as crises política e econômica às interferências da oposição.

opinião dele, não condiz com a atuação política dos parlamentares oposicionistas.

— Desde 2014, quando a presidenta Dilma foi eleita, a oposição e setores da mídia fazem o Brasil sangrar. Não venham agora dizer que o Brasil não pode parar. O Brasil já está parado há muito tempo, porque não há uma mínima trégua para que o governo possa implementar as suas políticas — afirmou.

Ronaldo Caiado rebateu as críticas e disse que a governabilidade é obrigação da base do governo. Ele afirmou que o país vive em “perigo jurídico” enquanto o impeachment não for apreciado e que o Senado não pode prolongar uma situação de “cadáver insepulto”.

Já para o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o prazo para indicação dos nomes é uma estratégia de adiamento dos

governistas. Ele defendeu que prevalecesse o dispositivo do regimento.

— Nem mesmo um acordo unânime dos líderes poderia mudar o que está escrito na lei. É mais uma manobra do PT para tentar retardar o processo investigatório. Não estamos aqui para brincar com os destinos do Brasil nem zombar da Constituição.

A data de instalação da comissão foi decidida a partir de sugestão do senador Aécio Neves (PSDB-MG), que foi corroborada por Humberto Costa, líder do governo. No entanto, Aécio também pediu celeridade e sugeriu que a comissão trabalhe durante todos os dias úteis.

### História

O presidente Renan Calheiros garantiu que manterá a imparcialidade durante a tramitação e o julgamento do processo e que



Na sessão que iniciou tramitação no Senado, governo e oposição discutiram sobre limite de prazo para indicação de nomes

# Proposta permite nova eleição presidencial em outubro

Seis senadores protocolaram na Mesa do Senado uma proposta de emenda à Constituição que pede a realização de eleições diretas para presidente e vice-presidente da República no dia 2 de outubro deste ano, juntamente com as eleições municipais. A PEC 20/2016 já conta com 30 assinaturas.

João Capiberibe (PSB-AP), Walter Pinheiro (sem partido-BA), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Lídice da Mata (PSB-BA), Paulo Paim (PT-RS) e Cristovam Buarque (PPS-DF) apresentaram a proposta para a “solução negociada para a atual crise política no Brasil”.

O grupo de senadores afirma que o “pacto por novas eleições” é uma solução para o país e devolve ao povo o direito de opinar. Eles ressaltam que a alternativa não prejudica o andamento do processo de impeachment de Dilma Rousseff no Senado.

— Ainda que a presidente Dilma tivesse conseguido se manter pela Câmara, teríamos apresentado a proposta — afirmou Lídice.

Segundo o grupo, o impeachment está sendo questionado pela população ao permitir que Michel Temer e Eduardo Cunha assumam os cargos de presidente e, na prática, de vice, “sem legitimidade”.

— Nós apresentamos essa proposta para que pudéssemos acelerar esse debate, não permitir que a continuidade de um esquema de pressão ou de uma opressão para tentar extrair vantagem em relação a outro cargo pudesse continuar logrando êxito no Congresso — disse Walter Pinheiro.

### Questionamentos

Simone Tebet (PMDB-MS) reconheceu que a PEC vai na direção do desejo do povo brasileiro, mas explicou que não poderia assiná-la, por considerá-la inconstitucional. Para ela, eleições só poderiam ser antecipadas se Dilma e Temer renunciassem, e não há como forçá-los a isso. Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticou a PEC pelo mesmo motivo.

Para Antonio Anastasia

(PSDB-MG), um dos indicados a compor o bloco de oposição na comissão especial do impeachment, a PEC é inadequada por permitir que um quorum menor (três quintos) motive a substituição de um mandato em curso, enquanto são precisos dois terços do Plenário da Câmara para aprovar o impedimento do presidente da República.

— Então, evidentemente, essa PEC, apesar de meritória na sua concepção, na ideia, no propósito, não tem amparo qualquer no ordenamento jurídico brasileiro — argumentou.

### Representatividade

Randolfe respondeu que a aprovação de uma PEC é um processo rígido que necessita da aprovação em dois turnos de três quintos de cada uma das Casas (Senado e Câmara), o que seria muito mais representativo da vontade do Congresso.

— Enquanto para o processo de impeachment aqui bastará a maioria simples dos membros da Casa para ser aprovado.



João Capiberibe, Benedito de Lira, Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Walter Pinheiro, Lídice da Mata e Jorge Viana

**Grupo fará análise prévia do processo**

BLOCO	VAGAS*	TITULARES	SUPLENTES
PMDB	5	Ainda não indicou	Ainda não indicou
Apoio ao governo (PT e PDT)	4	Ainda não indicou	Ainda não indicou
Oposição (PSDB, DEM e PV)	4	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)</li> <li>▪ Antonio Anastasia (PSDB-MG)</li> <li>▪ Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)</li> <li>▪ Ronaldo Caiado (DEM-GO)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Davi Alcolumbre (DEM-AP)</li> <li>▪ Paulo Bauer (PSDB-ES)</li> <li>▪ Ricardo Ferraço (PSDB-ES)</li> <li>▪ Tasso Jereissati (PSDB-CE)</li> </ul>
Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB e Rede)	2	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)</li> <li>▪ Romário (PSB-RJ)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cristovam Buarque (PPS-DF)</li> <li>▪ Roberto Rocha (PSB-MA)</li> </ul>
Democracia Progressista (PP e PSD)	2	Ainda não indicou	Ainda não indicou
Moderador (PTB, PR, PSC, PRB e PTC)	2	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Wellington Fagundes (PR-MT)</li> <li>▪ Zeze Perrella (PTB-MG)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Eduardo Amorim (PSC-SE)</li> <li>▪ Magno Malta (PR-ES)</li> </ul>

\*Falta sortear as duas vagas restantes entre os blocos Socialismo e Democracia, Democracia Progressista e Moderador.

### Romero Jucá refuta acusações de conspiração do vice

O pedido de impeachment teve início com as mobilizações que reuniram cerca de 6 milhões de pessoas, tramitou na Câmara e foi aprovado em Plenário, disse Romero Jucá (PMDB-RR) rebatendo, na segunda-feira, as declarações da presidente Dilma e de parlamentares da base do governo de que o impeachment é um golpe, e que Michel Temer conspirou para a abertura do processo. Para o senador, Dilma não tem “condição de questionar moralmente” o vice-presidente.

— Foi a aliança com Temer e o PMDB que garantiu a ela a vitória em 2014.



### Lasier sugere que Lupi renuncie à presidência do PDT

Lasier Martins (PDT-RS) criticou ontem o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, por ameaçar expulsar do partido parlamentares favoráveis ao impeachment da presidente Dilma. Ele chamou Lupi de “extremador do PDT”, por querer transformar partido “honrado” e “histórico” em “acessório”, “cúmplice da derrocada da Petrobras”.

Lasier defendeu que ele renuncie à presidência da legenda. Ele argumentou que Lupi é “homem agarrado” ao governo, com atitudes que contrariam a doutrina de Leonel Brizola (1922-2004) e Alberto Pasqualini (1901-1960).



### Vanessa destaca postura madura e imparcial de Renan

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) cumprimentou o presidente do Senado, Renan Calheiros, por ter afirmado que nada poderá fazer nem para apressar nem para procrastinar o processo de impeachment da presidente Dilma. Isso é muito importante porque se trata do mandato de uma presidente da República, eleita democraticamente por 54 milhões de eleitores e que não cometeu crime algum, disse a senadora.

— A forma madura, discreta e imparcial que vem adotando o presidente da Casa é muito importante. O que aconteceu na Câmara foi completamente inverso.



### Para José Medeiros, democracia está fortalecida

A votação da admissibilidade do impeachment de Dilma na Câmara foi uma demonstração do fortalecimento da democracia, disse José Medeiros (PSD-MT), na segunda.

Para o senador, os ataques ao regime democrático são responsáveis pela crise econômica. Medeiros reforçou que quando desrespeitou o Orçamento com as pedaladas fiscais, a presidente não cometeu apenas um crime contra a lei orçamentária.

— A pedalada causou uma fraude sem precedente, elegeu uma candidata que perderia se os dados não fossem maquiados.



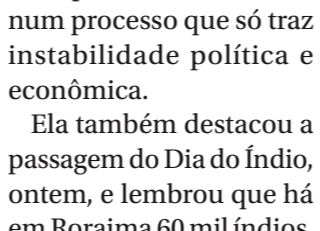
### Ângela: votação foi vingança de derrotados em 2014

Ângela Portela (PT-RR) chamou de farsa montada por grupos político derrotados em 2014 a sessão de domingo da Câmara.

Segundo ela, pouco se ouviu falar de pedaladas fiscais ou operações de crédito, em que se embasa o pedido de afastamento. Ouviu-se apenas, afirmou, discursos vazios, expondo à nação que o que move os líderes do impeachment é o desejo de ocupar o poder sem votos.

— Não é este o Brasil que queremos. Um país onde corruptos desprezam o devido processo legal para retirar o poder de uma presidente honesta, num processo que só traz instabilidade política e econômica.

Ela também destacou a passagem do Dia do Índio, ontem, e lembrou que há em Roraima 60 mil índios.



### Zeze Perrella quer pressão na decisão dos senadores

O Brasil precisa de solução rápida para o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, disse Zeze Perrella (PTB-MG).

Segundo o senador, quanto mais demorada for a decisão no Senado, mais os brasileiros sofrerão as consequências da crise econômica que decorre da instabilidade política e da falta de governo.

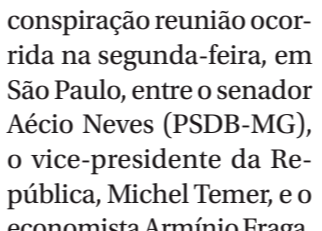


### Fátima pede que Senado “corrija” decisão da Câmara

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou a decisão da Câmara de “levianamente aprovar uma manobra dos insatisfeitos com o resultado das eleições” para abreviar o mandato da presidente. Ao se solidarizar com Dilma, ela disse esperar que o Senado analise de forma justa o impeachment e corrija a decisão da Câmara.

— Todo mundo sabe que o impeachment é, sim, um julgamento político, como faz questão de repetir a oposição, mas é um julgamento político que tem que estar calcado em pressupostos jurídicos.

Ela também chamou de conspiração reunião ocorrida na segunda-feira, em São Paulo, entre o senador Aécio Neves (PSDB-MG), o vice-presidente da República, Michel Temer, e o economista Armínio Fraga.



### Segundo Gladson, classe política tem que se unir pelo país

É preciso haver a união da classe política para fazer as reformas de que o país precisa para superar a atual crise, afirmou Gladson Cameli (PP-AC). O senador lembrou que cabe ao Senado corroborar a decisão da Câmara de abertura do processo de impeachment, e disse que o povo quer emprego, inflação controlada e crescimento do país.

— A população está revoltada com os acontecimentos e essa briga de partido A e B não levará a lugar nenhum, porque só tem um prejudicado: o povo — afirmou.

Ele disse ser favorável ao impeachment de Dilma.



### Paim: PEC com novo calendário eleitoral resolveria crise

Paulo Paim (PT-RS) pediu o apoio da sociedade para uma proposta de emenda à Constituição que anteciparia para 2 de outubro a eleição para presidente e vice.

Paim reconheceu que a presidente Dilma Rousseff não tem o apoio popular. No entanto, ele disse que o povo não quer que Michel Temer assuma a Presidência.

— Por que não fazer essa conciliação, não deixar que a voz das ruas repercuta dentro do Congresso? Nós aprovaríamos uma emenda constitucional, mediante um grande entendimento, e iríamos para as eleições.

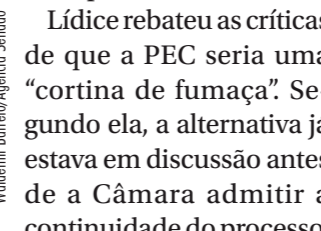


### Lídice defende eleição antecipada em outubro

Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição prevendo novas eleições presidenciais em outubro. Ela está entre os seis senadores que colhem assinaturas para apresentar a PEC. As eleições antecipadas seriam uma alternativa ao processo de impeachment.

— Pode ser, sim, uma saída para um momento político que vivemos, que não implique apostar em um caminho que não é capaz de responder à insatisfação e ao tamanho da crise que vivemos. Exige-se um governo com força política para a saída da crise.

Lídice rebateu as críticas de que a PEC seria uma “cortina de fumaça”. Segundo ela, a alternativa já estava em discussão antes de a Câmara admitir a continuidade do processo.



### Raupp afirma que país pode voltar a crescer com Temer

A convocação de novas eleições presidenciais como forma de resolver a polarização atual no país “perdeu o timing”, disse Valdir Raupp (PMDB-RO). Segundo o senador, o tempo para que a presidente Dilma Rousseff decidisse renunciar com esse propósito já passou.

— Poderia ter acontecido antes da aprovação do processo de abertura de impeachment pela Câmara. Hoje não mais, infelizmente.

O senador afirmou crer que o vice-presidente, Michel Temer, tem condições de retornar ao crescimento do Brasil.



### Malta pede respeito a posições políticas dos parlamentares

Magno Malta (PR-ES) afirmou ontem que todos os parlamentares devem ser respeitados, independentemente da posição que assumirem em relação ao impeachment. Na avaliação dele, nada pode impedir que a fé, as convicções e os afetos sejam mencionados no Congresso em quaisquer circunstâncias.

Malta criticou a zombaria feita a vários deputados por mencionarem a família, os filhos, a Bíblia ou Deus na hora da votação. Ele não vê problema em externar convicções pessoais ao votar algo tão importante para o futuro do país.







Comissão mista da MP, presidida pelo senador Fernando Bezerra, aprovou ontem relatório do deputado Marx Beltrão

## Avança ampliação de prazo para quitar dívida rural

MP que renegociou débitos de agricultores e caminhoneiros passou pela primeira análise do Congresso, feita por comissão mista. Agora texto será votado pelos Plenários da Câmara e do Senado

A COMISSÃO MISTA que analisa a MP 707/2015 aprovou ontem o relatório do deputado Marx Beltrão (PMDB-AL). A medida provisória permitiu a renegociação de dívidas de agricultores e caminhoneiros e passará agora pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Entre as principais mudanças feitas pelo relator, está a ampliação do prazo para pagamentos das dívidas rurais para 31 de dezembro de 2017. O prazo para os transportadores é 30 de dezembro de 2016.

A MP, que contempla produtores de vários estados, amplia ainda de R\$ 100 mil para R\$ 500 mil o limite dos contratos.

Na última reunião, o líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), pediu vista para que o relator aprimorasse alguns pontos do texto. Contudo, o deputado não fez nenhuma modificação.

— Mantivemos o relatório na íntegra, da forma que foi apresentado na semana passada. Não mudamos sequer uma vírgula em respeito a tudo que foi construído com o agricultor, que é o principal interessado nessa causa — disse Pimentel.

O texto autoriza a remissão de dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2006, com valor original de até R\$ 15 mil e saldo devedor não superior a

R\$ 10 mil em 31 de dezembro de 2015. Também amplia o prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) até 31 de dezembro de 2017.

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) lembrou que as operações contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) terão juros e encargos fixados pelo BNDES.

— Queria registrar a colaboração do Banco do Nordeste do Brasil na construção do relatório. Sobretudo, com a sugestão apresentada por mim e pelo Pimentel para que pudéssemos ter critérios claros na fixação dos juros do FNE.

## Rádio Senado aborda execuções no Império

Um episódio importante e quase desconhecido da história do Brasil completa 140 anos na quinta-feira da semana que vem: a execução da última pena de morte no país. Em 28 de abril de 1876, o escravo negro Francisco foi enforcado em praça pública na cidade alagoana de Pilar pelo assassinato de um respeitado oficial da Guarda Nacional.

Esse episódio e todo o seu contexto histórico são esmiuçados na reportagem especial “A pena de morte no Brasil: escravo criminoso é escravo enforcado”, que a Rádio Senado

leva ao ar nesta sexta, às 18h. O negro Francisco foi condenado com base numa lei de 1835 destinada aos escravos. A lei era implacável: o cativo que matasse seu senhor e fosse condenado não teria alternativa senão a pena de morte.

Nos 30 minutos do programa, o jornalista Ricardo Westin, que pesquisou documentos do Império guardados no Arquivo do Senado e entrevistou historiadores, mostra que os senadores da época deram total apoio ao projeto que deu origem à lei de 1835. Na época, o Brasil

vivia os turbulentos anos da Regência (1831–1840), marcados por uma sucessão de rebeliões — inclusive escravas.

Ao longo da Regência e do Segundo Império, cerca de 350 escravos foram enforcados. As execuções só não foram mais numerosas porque dom Pedro II, contrariando a elite rural, substituiu condenações à pena capital por punições mais brandas, como trabalhos forçados para o governo.

“A pena de morte no Brasil”: na sexta-feira, às 18h; no sábado, às 10h; e no domingo, às 17h

## Adiada votação sobre MP que permite a empresas promover desapropriações

A comissão mista que analisa a MP 700/2015, que mudou as regras de desapropriação por utilidade pública, adiou para o dia 26 a votação do relatório sobre a medida provisória. O parecer da deputada Soraya Santos (PMDB-RJ), lido ontem, é favorável à MP, que permite que empresas construtoras desapropriem imóveis em áreas destinadas a projetos sob o Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

A deputada disse que a medida é relevante, pois simplifica procedimentos para estimular o investimento privado na infraestrutura do país. Observou, porém, que não se pode tomar ações sem dar garantias mínimas para as parcelas atingidas da sociedade, especialmente as pessoas de menor poder aquisitivo.

Dizendo-se preocupada com aspectos sociais, Soraya fez ajustes no texto.

— É com esse espírito que se deve rever a legislação sobre desapropriação, instrumento que, não obstante os inconvenientes impostos aos proprietários, é de fundamental importância para que o Estado possa agir em nome do interesse coletivo.

O deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS) e o senador José Pimentel (PT-CE) pediram vista do relatório. Pimentel explicou que o pedido deve-se a acordo entre os líderes e que o prazo de tramitação da MP será cumprido.

Se aprovado o parecer na comissão, a proposta segue para os Plenários da Câmara e do Senado, onde precisa ser votada até 17 de maio, prazo de validade da medida.



Senadores e deputados na leitura do relatório, que será votado no dia 26

## Decisão sobre participação estrangeira em companhias aéreas é suspensa

Foi cancelada a reunião de ontem da comissão mista da Medida Provisória (MP) 714/2016, que eleva a participação estrangeira em companhias aéreas e extingue, a partir de 2017, o adicional de tarifa aeroportuária sobre as tarifas de embarque, pouso,

permanência, armazenagem e capatazia em aeroportos.

O colegiado voltará a se reunir para discutir a proposta do Executivo, que amplia de 20% para 49% o limite de participação estrangeira no capital com direito a voto das companhias aéreas brasileiras.

## Comissão de Meio Ambiente retoma análise de projetos na próxima semana

A reunião de ontem da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) também foi cancelada. Proposições em pauta, como o PLS 532/2015, que define

regras para comercialização de cosméticos orgânicos, e o PLS 324/2015, que prevê sistemas de captação de água da chuva em novas edificações, serão analisadas na próxima semana.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



# Governo culpa folha pela crise nos estados

Estudo do Ministério da Fazenda mostrou aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos que Rio de Janeiro e Santa Catarina acusaram maior crescimento com pessoal

O CRESCIMENTO DOS gastos com a folha de pagamento contribuiu para deteriorar as finanças estaduais. A avaliação foi feita ontem pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira, um dos participantes da audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o plano do governo federal para auxiliar os estados.

Entendimento semelhante foi manifestado pela secretária da Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão Costa, que citou o caso de seu estado, em que a folha de pagamento cresceu 10,1% em 2015, enquanto a arrecação tributária aumentou apenas 6,46% no período.

Estudo do Ministério da Fazenda indica que o Rio de Janeiro foi o estado que mais aumentou suas despesas com pessoal no período entre 2009 e 2015, com crescimento acumulado de 146,62% (com média de 16,24% ao ano). Em seguida, vem Santa Catarina, com 139,56% no período (média de 15,67% ao ano).

A despesa da União com pessoal, no mesmo período, apresentou crescimento nominal de 56,05%, com média anual de 7,7%, “figurando abaixo de todos os estados”, como ressaltou Oliveira.

O caso do Rio de Janeiro, com aumento de mais de 7 pontos percentuais acima da inflação, indica a gravidade do problema, na avaliação do professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcos Lisboa, um dos participantes da audiência. Ele disse que não esperava voltar a discutir a crise fiscal dos estados, porque a União patrocinou ampla renegociação das dívidas estaduais na década de 90, aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal e fixou limites para o crescimento dos gastos.



Gleisi (4ª à esq.) preside audiência que ouviu Lisboa, da FGV; Ana Carla, de Goiás; Oliveira, do Ministério da Fazenda; Melo, do Confaz; e Pedro Linhares, da Unicamp

— Como jogamos tudo isso fora? Qual o papel dos tribunais de conta estaduais? Como chegamos até aqui? — questionou o professor.

## Proposta

O projeto de lei complementar em tramitação na Câmara (PLP 257/2016) prevê o alongamento do prazo de pagamento da dívida dos estados com a União em 20 anos. Além disso, o projeto de iniciativa do governo autoriza a renegociação das operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2015 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Se a proposta for aprovada, os estados poderão obter acréscimo de até dez anos nos prazos originais, com carência para o principal nos primeiros quatro anos.

Com essas medidas, o governo estima um alívio financeiro para os estados de R\$ 36 bilhões até 2018. Para autorizar essa renegociação, a União exigirá contrapartidas, com reformas estruturais.

Para Lisboa, essas contrapartidas significam apenas o cumprimento de exigências legais, violadas com vários “subterfúgios”. Ele considerou

“impressionante” o crescimento de renúncias e benefícios fiscais concedidos pelos governos estaduais e federal.

Entre as contrapartidas exigidas, está a proibição de novos aumentos e benefícios ao funcionalismo, exceto as revisões gerais previstas na Constituição. Os estados que aderirem ao plano não poderão também conceder renúncia de receita ou qualquer outro tipo de benefício fiscal.

Waldemir Moka (PMDB-MS) perguntou se o PLP 257/2016 tem apoio de todos os secretários estaduais de Fazenda. O coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), André Horta Melo, secretário do Rio Grande do Norte, e a secretária de Goiás disseram que só há consenso em três pontos: alongamento das dívidas, redefinição de despesa de pessoal e limitação do aumento de gastos com a folha de pagamento e custeio.

## Contrapartidas

O governo listou 15 exigências, como a proibição de nomear novos servidores e a redução das despesas com cargos de livre nomeação. O objetivo do Ministério da Fazenda é limitar os gastos totais

a 90% da receita corrente líquida, assegurando pelo menos 10% para investimento público.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) considerou o PLP 257/2016 “extemporâneo”, porque o governo deveria tê-lo apresentado há mais tempo. Segundo o parlamentar, com a deterioração das finanças estaduais, toda a população pagará a conta.

— Dias difíceis virão — disse, defendendo avaliação efetiva da qualidade dos gastos públicos.

Vice-presidente da CAE, Raimundo Lira (PMDB-PB) afirmou que a reeleição para o Executivo arrombou financeiramente os estados. Lúcia Vânia (PSB-GO) disse que a permissão para a disputa de segundo mandato causou “grande prejuízo” para o planejamento e para a austeridade fiscal nos estados.

A presidente da CAE, Gleisi Hoffmann (PT-PR), sugeriu que fosse debatida também a decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) permitindo que Santa Catarina pague juros simples, ao invés de juros compostos, em sua dívida com a União.

Lúcia Vânia observou que, enquanto acontecia a audiência na CAE, sete governadores

participavam de uma reunião no STF com o ministro Edson Fachin, para discutir o tema. Ela questionou os participantes da audiência sobre as consequências de uma eventual decisão do Supremo mantendo a liminar que beneficia provisoriamente Santa Catarina.

Oliveira, do MF, disse esperar decisão “sensata e justa” do STF, porque a eventual ampliação da medida ajudará somente os estados mais ricos, como São Paulo (R\$ 138,3 bilhões de desconto na dívida), Minas Gerais (R\$ 51,9 bilhões), Rio de Janeiro (R\$ 33,4 bilhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 32,3 bilhões). O impacto, com a soma de todos os estados, será de R\$ 313,3 bilhões.

Lúcia Vânia questionou Oliveira sobre as chances reais de a reforma do ICMS e a convalidação dos incentivos fiscais avançarem. O secretário afirmou que o governo não desistiu das propostas. Mas, devido às dificuldades para custear a transição, pretende executá-las em duas etapas: a convalidação que não exige desembolso federal e depois a unificação gradual das alíquotas interestaduais, que prevê compensação financeira da União por eventuais perdas.

# Vai a Plenário proposta que cria o Dia Nacional do Perdão

Projeto que cria o Dia Nacional do Perdão foi aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). De acordo com o PLC 31/2015, a data será celebrada em 30 de agosto, com o objetivo de propiciar uma reflexão sobre o tema. A proposta segue para a decisão final do Plenário.

A autora, deputada Keiko Ota (PSB-SP), escolheu para a celebração a data da morte de seu filho, Ives Ota, sequestrado e assassinado aos 8 anos de idade, em 1997. A hoje deputada e seu marido perdoaram os assassinos do filho, como destacou a relatora, senadora Simone Tebet (PMDB-MS).



Senadoras Simone Tebet, Antonio Anastasia e Ângela Portela na Comissão de Educação, que discutirá os 20 anos da LDB

— Certamente, não houve lugar onde possa ter sido germinada a ideia da deputada, que não seja o mais fundo da sua alma — avaliou.

A CE aprovou ainda pedido

de realização de audiência pública para lembrar os 20 anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Serão convidados para o debate, entre outros, os pro-

fessores Renato Janine Ribeiro (ex-ministro da Educação), José de Souza Martins e Carlos Roberto Jamil Cury. A autora, Ângela Portela (PT-RR), afirma que a edição da lei significou,

dez anos depois da redemocratização, a ruptura com o modelo educacional vigente durante o regime militar.

## Impacto

Também representou, segundo a senadora, o enfrentamento de novos desafios, como a ampliação do atendimento na educação infantil e na de jovens e adultos.

— Hoje, 20 anos depois, é preciso avaliar o impacto da LDB no campo da educação e na sociedade brasileira como um todo. Que virtudes ela tem e que precisam ser mantidas? Que lacunas ela apresenta e como preenchê-las? — disse.



Proposta aprovada pela Comissão de Educação cria diploma de mérito a ser entregue anualmente a três estabelecimentos de ensino indicados pelo alto desempenho

# Escolas de excelência poderão receber prêmio

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO fundamental e médio com elevado desempenho escolar poderão ser agraciados, pelo Senado, com o Diploma de Mérito Escolar de Excelência. Projeto de resolução (PRS 3/2016) que sugere a criação do prêmio, de José Agripino (DEM-RN), foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Na justificativa, o autor argumenta que a premiação visa a difundir pelo país as boas práticas na área de educação. O relator, Douglas Cintra (PTB-PE), disse no parecer que a premiação ajudará a lançar luz sobre casos de sucessos na educação, funcionando como mecanismo de reforço positivo.

Pelo texto, que segue para análise final na Comissão Dire-



Fátima Bezerra dirige reunião da Comissão de Educação que acolheu proposta de homenagem a instituições de sucesso

tora do Senado, a diplomação será anual e deve distinguir até três escolas dos dois níveis fundamental e médio, com base em indicações feitas por conselho formado por senadores, instituições e organizações da sociedade civil que atuam na

área de educação. A entrega do diploma ocorrerá em reunião do próprio colegiado.

Devem ser considerados como parâmetros de desempenho: evolução na qualidade aferida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação

Básica (Ideb), inovação pedagógica, gestão participativa, desenvolvimento e aplicação de instrumentos de avaliação educacional e valorização e formação profissional.

Pelo texto original, a escolha dos estabelecimentos premia-

dos seria conduzida pelo Conselho do Mérito Educacional Escola de Excelência, constituído a cada dois anos, com participação de um senador de cada partido representado na CE, e outros membros indicados pelo Ministério da Educação e por entidades da área de educação.

Para o relator, essa composição seria muito ampla, sobretudo por conta da participação de um membro de cada partido. Por isso, ele sugeriu emenda que reduziu a representação a cinco senadores, que serão escolhidos pelos colegas de comissão. Ele também suprimiu a referência ao Ministério da Educação, argumentando que uma resolução não pode estabelecer, nesse caso, uma obrigação a órgão do Poder Executivo.

## Comissão apoia polo tecnológico no DF

Tirar do papel o projeto do Parque Tecnológico Capital Digital é o objetivo dos senadores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Eles prometeram promover encontros com o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, empresas e órgãos públicos para viabilizar a construção de um polo de desenvolvimento tecnológico em Brasília. Mas, para isso, será necessário buscar um consenso entre os setores interessados.

Inicialmente, o parque — criado por lei em 2002 — seria um espaço exclusivo para empresas do setor de tecnologia da informação, mas, conforme apontou Oskar Klingl, secretário-adjunto de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, o governo local pretende apostar na multidisciplinaridade e vê a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como âncora de atração de outras empresas e instituições.

As empresas de tecnologia da informação não concordam com a proposta, segundo Ricardo de Figueiredo Caldas, presidente do Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal. Ele defendeu a manutenção da “vocação” original do projeto, voltado às empresas de tecnologia da informação e de comunicação. Os empresários questionam a licitação da área por tempo determinado, como prevê a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap), que tem a posse do terreno.

— Não queremos dinheiro do governo. Nós, empresários,



Lasier Martins (4º à esq.) comanda debate na Comissão de Ciência e Tecnologia

queremos colocar o nosso dinheiro, construir o parque tecnológico para que as empresas vão para lá, tenham suas sedes — disse Caldas.

### Pesquisa

Há ainda aqueles que apontam que o parque deve concentrar prioritariamente instituições de pesquisa, cedendo espaço temporariamente para as empresas se desenvolverem. É o que defendeu Jaime Santana, decano de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília (UnB).

— Um parque tecnológico deve usar todo o espaço dele para pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Não é lugar para empresa se estabelecer e ficar todo o momento lá. Se os empresários querem lugar com terrenos baratos ou incentivo para montar suas empresas, isso é outro programa de governo — argumentou.

O Parque Tecnológico Capital Digital deve reunir empresas e instituições de pesquisa e tecnologia em uma área de 1,2 milhão de metros quadrados.

Os participantes da audiência concordaram que é uma oportunidade de alavancar a economia do Distrito Federal

e ajudar a capital a enfrentar a crise econômica. A estimativa é que o parque possa gerar 60 mil empregos diretos e indiretos.

— O modelo de desenvolvimento de Brasília, baseado fortemente no serviço público, está se esgotando. É preciso buscar uma alternativa. A coisa óbvia a se fazer é utilizar o conhecimento e a transformação do conhecimento para gerar oportunidades e riqueza — afirmou Klingl.

### Carência

O presidente da CCT, Lasier Martins (PDT-RS), observou que o Centro-Oeste ainda carece de um parque tecnológico, modelo já em funcionamento em alguns estados. Sucessivos governos não conseguiram viabilizar a construção do parque em Brasília. Os senadores do DF Cristovam Buarque (PPS) e Hélio José (PMDB), que propôs o debate de ontem, temem que as divergências atrasem mais o projeto.

— Não podemos deixar morrer a ideia. Vamos promover reuniões com o governador e todos os setores, tirar o parque do papel — disse Hélio José.

## Debate avaliará compensação pela exploração de minerais

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera) aprovou dois requerimentos para realização de audiências públicas. Os senadores querem debater a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), paga a estados, Distrito Federal e municípios pelos exploradores de minerais como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus territórios. Os requerimentos são de autoria do presidente do colegiado, Wilder Morais (PP-GO).

O primeiro debate será sobre o impacto da Cfem sobre a competitividade da indústria mineral goiana, sobretudo em Niquelândia. Serão convidados o prefeito, Luiz Teixeira Chaves, e representantes da Associação Industrial e Comercial de Niquelândia, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Niquelândia e da Câmara de Vereadores de Niquelândia. Também será chamado um representante da Votorantim Metais.

A segunda audiência vai discutir a influência da Cfem na

competitividade da indústria minerária. Serão convidados o procurador-chefe substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral, Frederico Munia Machado; o advogado William Freire; o conselheiro do Instituto Brasileiro de Mineração Guilherme Simões e os professores Adriano Drummond Cançado Trindade, da Universidade de Brasília, e Fernando Facury Scaff, da USP.

O colegiado funciona no âmbito da Comissão de Infraestrutura (CI).



Wilder Morais preside a Subcomissão de Mineração e propôs as audiências

## Rose de Freitas cobra mais atenção a escolas e creches e pede prioridade à educação

Rose de Freitas (PMDB-ES) manifestou ontem preocupação com os rumos da educação, avaliando que a questão deve ser tratada acima dos conflitos políticos. Ela saudou os avanços da rede de ensino técnico federal, mas cobrou mais estrutura e planejamento

na garantia ao acesso à creche e à pré-escola.

— Temos que lutar para melhorar a educação. Nessa pirâmide que está colocada, temos que começar a cuidar da criança, da creche, da escola pública, para que nós possamos falar que teremos um país melhor amanhã.



Moreira Morais/Agência Senado